

Comentário a Sofia Miguens

J. M. CURADO
(Universidade do Minho)

O desafio que foi colocado à Doutora Sofia Miguens era difícil. Tratava-se de fazer uma panorâmica geral de uma disciplina muito antiga na história da Filosofia mas que teve um desenvolvimento extraordinário nas últimas décadas. Este desenvolvimento foi tão surpreendente que parece ter constituído uma refundação da própria disciplina. Ao tomarem conhecimento das investigações mais recentes, as pessoas interessadas pela mente humana censuram-se a si mesmas por não terem reparado num tão grande número de problemas aparentemente óbvios. Este é o maior elogio que se pode fazer às pessoas que trabalham numa disciplina filosófica.

A Doutora Sofia Miguens esteve à altura do desafio. Fazer uma conferência sobre um assunto tão vasto revela coragem intelectual. Isto é muito significativo porque a proximidade temporal em relação a estes desenvolvimentos recentes faz com que seja muito difícil ter uma perspectiva equilibrada. A panorâmica que nos foi oferecida compreendeu que o debate contemporâneo sobre a mente tem características únicas, apesar de a disciplina ser antiga. O que é mais notável nesta panorâmica é a proposta de duas áreas na filosofia da mente: a questão nuclear e as questões específicas. Tudo abona a favor desta leitura. Uma disciplina filosófica nasce quando as pessoas se lançam a problemas momentosos que correspondem quase sempre a estruturas enigmáticas do mundo: a sensação, o conhecimento, a moralidade, o divino, a existência. O trabalho filosófico realiza-se em torno destes problemas e fascinado por estes problemas. Muitas investigações têm aqui o seu início. A proposta de interpretação do debate contemporâneo sobre a mente está, pois, muito acertada. É claro que a

existência da mente humana é também um problema enorme que tem estado longe da solução. Isto não deve impedir as pessoas de trabalharem nesta área e formularem problemas diferentes que, espera-se, conduzam a uma melhor compreensão do problema original.

Qual é precisamente o problema original da filosofia da mente? A Doutora Miguens oferece uma resposta aparentemente óbvia: o problema nuclear da filosofia da mente é o da relação desta com o resto que sabemos do mundo. Podemos dar mais definição: o mundo é material, o mundo tem partículas físicas, o mundo tem cérebros e corpos. A certidão de nascimento de qualquer filósofo da mente está escrita com as linhas deste incómodo. A vida mental de cada ser humano é surpreendente porque não se vê como se relaciona com tudo o resto que se sabe do mundo. Um Grego poderia, eventualmente, ter tido esta surpresa. O desenvolvimento da ciência moderna adensou esta perplexidade porque, quanto mais se sabe sobre como é feito o mundo, menos se compreende como é que isso se relaciona com as sensações, as intenções, as memórias, as emoções e, numa palavra, a consciência.

Quando a Doutora Sofia Miguens afirma que a filosofia da mente não é uma disciplina básica não está a menosprezar a disciplina. A filosofia da mente poderia ser considerada uma disciplina básica se a sua antiguidade rivalizasse com a da cosmologia, a da metafísica, a da ética e a da teoria do conhecimento. A filosofia da mente não é básica devido à sua relativa juventude. Como muitos historiadores das ideias já afirmaram, os Gregos não conheciam o problema mente-cérebro. Este problema tornou-se obrigatório quando o conhecimento do mundo natural tornou difícil identificar uma sede para a vida mental. Um pequeno número de autores com boa informação sobre o estado do conhecimento científico da sua época começou a formular o problema original da filosofia da mente: Descartes, Locke, Reid, William James. Esta marca originária da filosofia da mente continua a caracterizar tudo aquilo que se faz nesta área. Quanto mais se sabe sobre neurociências, física de partículas e biologia, mais surpreendente se torna a existência da mente senciente.

Não é consensual que o problema das relações da mente com o cérebro seja o início da filosofia da mente. Outros autores consideram o problema das relações um problema de segundo grau. O Idealismo e a Fenomenologia sempre tiveram esse entendimento. Do seu ponto de vista, primeiro deve-se explicar como é a mente consciente e depois explica-se como é que se relaciona com tudo o resto que tem existência autónoma fora das mentes conscientes. O neopositivista português

Edmundo Curvelo defendia esta perspectiva porque, afirmava, pode acontecer que não exista nada fora do fluxo da consciência. Neste caso, o problema da relação da consciência com qualquer outra coisa (neurónios, partículas físicas, tecidos biológicos, circuitos eléctricos, etc.) é absurdo. O antípoda do problema mente-cérebro é o problema da existência autónoma dos objectos. Esta linha de reflexão é, indubitavelmente, importante. Penso, contudo, que a visão proposta pela Doutora Sofia Miguens é mais acertada. A origem da filosofia da mente nasce com a perplexidade perante a relação do mental com o físico. Mais, essa perplexidade é maior quanto mais se sabe do físico e quanto mais se inventariam as estruturas da consciência.

A Doutora Sofia Miguens dá um sinal do seu incómodo intelectual perante esta questão, ao colocar o que considera ser a questão prévia. Como deve ser uma teoria da mente? Esta pergunta pode ser, de facto, um sinal inconsciente de que a questão nuclear ainda esconde muitos enigmas e que a origem não reside no problema das relações. Interpretado esta pergunta auto-reflexiva que a Doutora Miguens faz sobre a própria disciplina em que trabalha como uma tentativa de não a deixar ficar refém dos avanços das ciências naturais e das tecnologias. No final do século XIX, com o avanço do conhecimento científico do cérebro (Wernicke, Golgi, Ramón y Cajal, etc.), a reflexão sobre a mente ficou hipotecada ao que se sabe sobre a estrutura dos neurónios. Porém, não é evidente que o nível correcto do problema seja o do neurónio. Poderá residir num nível superior ao do neurónio, como o das associações dinâmicas de neurónios, ou poderá residir num nível inferior ao do neurónio, como o do citoesqueleto (Hameroff, Penrose). De facto, ninguém sabe. A pergunta da Doutora Miguens sobre como deverá ser uma teoria da mente obriga-nos a pensar na grande dependência que o debate sobre o mental tem em relação às neurociências. Um filósofo não é subserviente em relação a nenhuma área científica. No que toca ao cérebro, o mínimo que se poderá dizer é que o século que nos aparta de Ramón y Cajal não diminuiu a nossa perplexidade sobre o mental. Sabemos muito mais do que se sabia no já distante ano de 1898, mas tudo o que sabemos parece ser completamente inútil para nos explicar como é que as sinapses e os neurotransmissores dão origem à consciência. O filósofo do mental não se deve deslumbrar excessivamente com as grandes estrelas mediáticas das neurociências (Gerald Edelman, Damásio, etc.) porque pode acontecer que o que têm a afirmar sobre o cérebro seja absolutamente inútil para explicar o que faz a mente consciente no mundo físico. Pode acontecer isso! A pergunta da Doutora Miguens tem, pois, uma grande fecundidade teórica.

Uma teoria da mente deverá ser construída com informação das neurociências, ou poderá ser uma proposta de engenharia computacional, ou, ainda, uma descrição fenomenológica? De facto, não se sabe.

É necessário compreender o alcance da questão prévia da Doutora Miguens porque entronca num dos mais poderosos argumentos da filosofia da mente contemporânea. Como era previsível, a Doutora Miguens falou-nos dele. Trata-se do argumento do conhecimento, proposto recentemente pelo filósofo australiano Frank Jackson. Este argumento coloca uma questão fascinante: se tudo conhecermos sobre um nível da natureza, esse conhecimento auxilia-nos a compreender a experiência subjectiva? A palavra mais importante é 'tudo'. De Ramón y Cajal a Edelman e Damásio, o conhecimento do cérebro avançou muito. Porém, se imaginarmos que o conhecimento já avançou tanto que não pode avançar mais, porque já se sabe tudo quanto há a saber sobre o cérebro, não se vê que esta melhoria significativa do conhecimento contribua para explicar a experiência subjectiva, como é, quando poderia ser de outras formas e, sobretudo, por que razão existe de toda experiência subjectiva, quando poderia não existir. A filosofia da mente não pode ficar refém de nenhum conhecimento científico porque não é nada claro que, mesmo que se saiba tudo (tudo é tudo!) sobre uma determinada área científica, se compreenda melhor a vida mental.

Este é o ponto que me parece mais frágil na apresentação da Doutora Miguens. Do seu ponto de vista, o argumento do conhecimento é apenas mais um argumento filosófico sobre a mente, apesar de ser muito interessante. De facto, a versão recente é a de Jackson. Porém, o argumento do conhecimento é constitutivo da filosofia da mente e pode ser encontrado nos primeiros autores que equacionaram ostensivamente o problema das relações da mente consciente com o mundo físico. O escocês Thomas Reid é exemplar a este respeito. Na obra de 1764, *Investigação sobre a Mente Humana*, Reid propõe que se faça uma anatomia exaustiva de dois objectos: a mente humana e o corpo. A ideia subjacente a esta proposta é a de que, mesmo que se saiba tudo o que há a saber sobre o mundo físico e a variedade de corpos, ainda fica por resolver o problema de que todo esse conhecimento de nada vale para explicar a existência da mente consciente. Reid foi buscar uma categoria matemática para representar com força a completa inutilidade de uma anatomia para compreender a outra anatomia: são incomensuráveis. Esta forma de apresentar o problema é, obviamente, uma versão do argumento do conhecimento.

É difícil, aliás, encontrar um autor clássico da filosofia da mente que, de uma forma ou outra, não tenha formulado o argumento do conhecimento. Mesmo autores que afirmavam que a consciência não desempenha nenhum papel no sucesso biológico dos indivíduos e que, pelo contrário, é um mero epifenómeno da actividade neuronal (Thomas Huxley e, entre nós, Miguel Bombarda), construíam os seus argumentos com o recurso à hipótese do conhecimento total do cérebro. A sequência de ideias é a que já se conhece: precisamente porque já se sabe como funciona o cérebro, reparamos que os seres humanos têm consciência e argumentamos que essa consciência em nada contribui para o sucesso do indivíduo. Todos os epifenomenismos do século XIX e os seus avatares com nomes sofisticados do século XX (superveniência, teoria da emergência fraca e forte, etc.) são manifestações do argumento do conhecimento. A actual filosofia da mente não é inovadora quando é vista a partir daqui. O problema das relações entre mente e cérebro parece descrever uma arquitectura do mundo, mas talvez descreva apenas uma dissonância entre partes do conhecimento humano. Neste sentido, a filosofia da mente está hipotecada ao argumento do conhecimento. O sucesso de uma depende do sucesso do outro.

A Doutora Miguens atribuiu um grande papel à questão da simulação. Este detalhe merece ser elogiado porque descreve um modo muito fecundo de hodiernamente entender o mental. O Teste de Turing, o Quarto Chinês de Searle e alguns outros argumentos equacionam a questão da simulação. Dito deste modo, o assunto parece mais um termo técnico que apenas os especialistas compreendem. De facto, joga-se na questão da simulação a solução do problema original da filosofia da mente. Se esta tem um problema original, é necessário pensar numa solução derradeira. A simulação descreve cenários em que seres não biológicos conseguem imitar processos mentais de um modo tão excelente que passam por processos mentais. É provável que a filosofia da mente deixe de existir como disciplina inovadora quando uma futura engenharia mental conseguir fazer *ad libitum* mentes conscientes. Como bem compreendeu o Darwin da maturidade (o da *Ascendência do Homem* e o da *Expressão das Emoções*, mas não o da *Origem das Espécies*), a consciência moral e a consciência fenoménica têm que ser explicadas como tudo o resto na ordem natural. O processo de explicação desses 'objectos' não é diferente do processo de explicação de qualquer outro objecto científico. Porquê? Porque não pode ser: os seres humanos só têm um tipo de racionalidade científica. Tudo na história da ciência moderna é um elogio à estratégia que mais

recompensa a investigação: avança-se no conhecimento quando se abandonam as questões essencialistas (O que é mesmo um electrão? O que é a vida? O que é a consciência ela mesma?) e se valorizam as questões relacionais (O que é que se pode medir a respeito das relações de um electrão com outros corpos físicos? Como se relaciona a vida com outros processos?). A agenda da simulação procura chamar a si esta receita de sucesso. Muito bem, afirma, se deixarmos de perder tempo com velhas questões essencialistas sobre a consciência, poderemos tentar fazer objectos que simulem suficientemente bem os seres sencientes. Uma simulação suficientemente boa constituirá um resultado satisfatório. Compreenderemos a natureza da mente humana segundo o melhor critério possível de compreensão: *compreende-se o que se faz*. Se se souber fazer um ser que pareça ter estados mentais, isso será de facto um ser com estados mentais. Uma simulação será suficientemente boa. Este resultado extraordinário tem um preço elevado: é necessário explicar primeiro a função que desempenha a consciência na ordem natural. A identificação dessa função permitirá a sua reconstituição com outros materiais diferentes dos tecidos biológicos.

É a situação do filme *Blade Runner*. A tecnologia futura terá um teste para diferenciar autómatos de seres humanos mas a latitude da diferença entre uns e outros pode ser tão pequena que os autómatos parecerão humanos numas coisas e os humanos parecerão autómatos noutras. Esta latitude pode ser menor do que a que resulta do teste que os seres humanos fazem a toda a hora para verificarem que eles mesmos estão vivos, se são Fulano e se estão conscientes. A maior parte das vezes, este teste que os humanos fazem a si mesmos corre bem e sentem-se felizes por serem os únicos seres com consciência genuína ou, como diria Searle, como intencionalidade intrínseca. As patologias da crença (negligências, síndromes de Capgras, Frégoli, Cotard, etc.) mostram um panorama diferente. Os processos de identificação da presença da consciência noutras pessoas reiteram esta dificuldade (identificação da presença da consciência em pacientes de *locked in* e em coma, por exemplo). Quando falha o processo normal de identificação da presença da consciência nos humanos, repara-se que o que os seres humanos fazem a respeito de si mesmos é a avaliação de uma simulação. Este processo é da mesma natureza dos processos que procuram avaliar se um sistema não biológico tem propriedades mentais. Fazemos um Teste de Turing a toda a hora. Uns sistemas do nosso corpo têm que avaliar se o que os outros sistemas fazem é suficientemente bom. Se essa avaliação correr mal,

por qualquer razão, o indivíduo não se sentirá ele mesmo, poderá achar que o seu corpo foi raptado por alienígenas e que a sua esposa é um autómato malévolos. Tudo indica que os humanos não têm uma intuição directa da sua vida mental, mas uma intuição que resulta de um processo de avaliação que nem sempre é bem sucedido.

O argumento do conhecimento, em particular, e os argumentos por cenários em que o conhecimento é perfeito, em geral, criam um caso muito forte a favor da simulação. A filosofia da mente contemporânea tem, como se afirmou, um problema original e argumentos constitutivos, mas também é caracterizada por um deslumbramento tão grande que a impede de valorizar mais a procura de soluções. Pelo contrário, alguns engenheiros e cientistas da computação com sensibilidade filosófica (que os há, há!) e igualmente deslumbrados com os problemas da mente consciente (Marvin Minsky, Igor Aleksander, Stan Franklin, John Taylor, Ray Kurzweil, etc.) sabem que uma simulação suficientemente boa da mente consciente fará desaparecer muitos problemas antigos.

Não se trata de voltar ao debate datado em torno da Inteligência Artificial e aos argumentos de Dreyfus e de Searle. É cansativo fazer a lista do que os computadores não podem fazer e não podem ainda fazer e não poderão alguma vez fazer. Nos anos 70 e 80 esse debate era interessante. Hoje sabemos que os seres humanos podem ser enganados muito facilmente e atribuem consciência ao que não tem consciência e não sabem provar que o que tem consciência tem de facto consciência e, pior do que tudo, não sabem apartar casos clínicos com consciência de casos sem consciência. Os debates sociais em torno do aborto são eloquentes. Esta questão só existe porque ninguém tem a mínima ideia de quando começa a consciência num ser humano. Com o critério da morte cerebral, reitera-se essa ignorância. O caso da simulação é forte porque não temos critério para identificar a presença da consciência. No século XIX, William James afadigou-se a procurar os sinais da eficiência causal da consciência no mundo de Darwin. O que sabemos hoje que James não sabia? Sabemos que esses sinais podem ser simulados facilmente e que um autómato pode passar por um ser humano.

A Doutora Sofia Miguens auxiliou-nos a compreender o debate contemporâneo e a enquadrar os argumentos mais célebres e interessantes. Só lhe podemos estar gratos pela coragem intelectual com que aceitou o desafio e pelo brilho com que apresentou as suas ideias. A ela, o meu muito obrigado.